



RELATÓRIO

PILAR 3

2S25

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

Base Regulamentar: Resolução BCB 54, de 16/12/2020

<b>OBJETIVO</b> .....	3
<b>VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS (OVA) DO PARANÁ BANCO</b> .....	3
<b>Principais Características dos Instrumentos Que Compõem o PR - Patrimônio de Referência (Tabela CCA)</b> .....	12
<b>Composição do PR - Patrimônio de Referência (Tabela CC1)</b> .....	13
<b>Conciliação do PR - Patrimônio de Referência com o Balanço Patrimonial (Tabela CC2)</b> .....	16
<b>Informações Complementares</b> .....	16

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

### OBJETIVO

O Relatório de Pilar 3 tem como objetivo atender às disposições da Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece os critérios para a divulgação de informações pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A divulgação visa promover maior transparência e disciplina de mercado, por meio da disponibilização de informações relevantes sobre a estrutura de capital, o gerenciamento de riscos e os principais indicadores prudenciais do Paraná Banco.

A estrutura e o conteúdo deste relatório foram definidos em conformidade com os princípios de proporcionalidade e relevância previstos na regulamentação vigente, considerando a natureza, o porte, a complexidade das operações e o perfil de risco do Paraná Banco.

### VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS (OVA) DO PARANÁ BANCO

As informações apresentadas nesta tabela (OVA) têm como finalidade evidenciar as estratégias adotadas pelo Paraná Banco para o gerenciamento de riscos, bem como o papel do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na definição, supervisão e acompanhamento do apetite por riscos da Instituição.

O conteúdo busca proporcionar uma compreensão clara da relação entre os riscos relevantes aos quais o Paraná Banco está exposto e suas principais atividades, destacando os objetivos, as diretrizes e as políticas de gerenciamento de riscos, em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 4.557.

### INTERAÇÃO ENTRE O MODELO DE NEGÓCIOS, O PERFIL DE RISCOS E RELAÇÃO COM O APETITE POR RISCO

A interação entre o modelo de negócios, o perfil de riscos do Paraná Banco e o nível de apetite por risco é formalmente estabelecida pelo Conselho de Administração por meio da Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), a qual contempla os principais riscos associados ao modelo de negócios da Instituição.

O modelo de negócios do Paraná Banco está fundamentado no crescimento sustentável, de forma a assegurar que a expansão da carteira de crédito ocorra de maneira alinhada à rentabilidade, à solidez financeira e à preservação do retorno sobre o Patrimônio Líquido. A atuação da Instituição concentra-se, predominantemente, em produtos de crédito consignado, com destaque para o Crédito Consignado e o Adiantamento do Saque-Aniversário do FGTS, que historicamente representam a maior parcela das operações.

De forma complementar, o Paraná Banco passou a ofertar, de maneira gradual e controlada, outros produtos, como o Crédito do Trabalhador e o Cartão Benefício do INSS, os quais ainda não representam participação relevante nas operações totais de crédito, tampouco implicam alteração material no perfil de riscos da Instituição.

O perfil de riscos do Paraná Banco é compatível com sua estratégia de negócios e caracteriza-se pela atuação predominante em produtos com menor nível de risco relativo, o que contribui para o adequado controle da exposição ao risco de crédito e para a manutenção de uma postura prudencial.

Os limites de risco definidos na RAS são estabelecidos de forma conservadora e, na maioria dos casos, mais restritivos do que os requerimentos regulatórios, reforçando a segurança, a resiliência e a sustentabilidade das operações do Paraná Banco.

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

### PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS AO MODELO DE NEGÓCIOS

**Risco de Crédito:** Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, das obrigações pactuadas, bem como à deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou de instrumentos mitigadores, incluindo custos relacionados à recuperação de ativos problemáticos.

**Risco de Mercado e de Variação das Taxas de Juros:** Possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de oscilações nos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo aquelas associadas a variações nas taxas de juros.

**Risco de Liquidez:** Possibilidade de a Instituição não dispor de recursos suficientes para cumprir, de forma eficiente, suas obrigações financeiras, esperadas ou inesperadas, presentes ou futuras, sem afetar suas operações normais ou incorrer em perdas relevantes.

**Risco Operacional:** Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

**Risco Legal:** Possibilidade de perdas decorrentes de inadequações ou deficiências em contratos, do descumprimento de dispositivos legais e regulatórios, bem como de indenizações por danos a terceiros.

**Risco Social:** Possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos que resultem em violação de direitos e garantias fundamentais ou em prejuízos ao interesse comum, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Risco Ambiental:** Possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo ou inadequado de recursos naturais.

**Risco Climático de Transição:** Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, incluindo mudanças regulatórias, tecnológicas ou de mercado.

**Risco Climático Físico:** Possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos climáticos extremos ou a alterações ambientais de longo prazo relacionadas às mudanças nos padrões climáticos.

### **GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS, RESPONSABILIDADES E RELACIONAMENTO ENTRE INSTÂNCIAS**

O Paraná Banco adota o modelo das Três Linhas como referência para o gerenciamento contínuo e integrado de riscos e controles, assegurando uma estrutura clara de governança, com responsabilidades bem definidas e adequada segregação de funções. Esse modelo contribui para a coordenação eficiente entre as diferentes instâncias envolvidas no processo de identificação, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição abrange, de forma integrada, os riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), de liquidez, operacional, socioambiental e demais riscos relevantes, observados os limites e diretrizes definidos no apetite de risco institucional. Essa abordagem fortalece o alinhamento entre a gestão de riscos e os objetivos estratégicos do Paraná Banco, promovendo a alocação eficiente de recursos e a mitigação de potenciais eventos adversos.

#### **Primeira Linha**

A primeira linha de defesa é composta pelas áreas operacionais e pelos gestores responsáveis pela execução das atividades e processos do dia a dia da Instituição. Cabe a essa linha identificar, avaliar e gerenciar os riscos inerentes às suas atividades, bem como implementar e manter controles internos eficazes, em conformidade com os limites e diretrizes estabelecidos.

#### **Segunda Linha**

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

A segunda linha de defesa compreende as funções responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, incluindo as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance. Essa instância é responsável por estabelecer metodologias, monitorar a efetividade dos controles adotados pela primeira linha, apoiar a identificação e mitigação de riscos e assegurar a aderência às políticas internas e aos requisitos regulatórios aplicáveis.

### Terceira Linha

A terceira linha de defesa é representada pela Auditoria Interna, que atua de forma independente na avaliação da adequação e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança. Sua atuação contribui para assegurar que as atividades das duas primeiras linhas estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição, fornecendo avaliações objetivas e imparciais.

### INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADES

- **Conselho de Administração (CA):** Responsável por definir as diretrizes estratégicas e aprovar as políticas corporativas, incluindo aquelas relacionadas ao gerenciamento de riscos, assegurando que os limites e controles estejam alinhados à estratégia do Paraná Banco. O Conselho conta com membro independente, contribuindo para uma visão externa e imparcial no processo decisório.
- **Comitê de Auditoria:** Órgão subordinado ao Conselho de Administração, responsável por supervisionar as atividades de Auditoria Interna, avaliar a adequação dos controles internos e acompanhar o cumprimento das normas legais e regulatórias aplicáveis.
- **ALCO (Asset-Liability Committee):** Órgão consultivo responsável pela gestão integrada de ativos e passivos, com foco na preservação da liquidez, da estabilidade financeira e da rentabilidade da Instituição, promovendo o adequado equilíbrio entre riscos e retornos.
- **Comissão de Riscos e Capital:** Órgão consultivo responsável por apoiar a gestão e a projeção do capital regulatório, bem como acompanhar a exposição aos riscos relevantes, assegurando a compatibilidade entre os limites estabelecidos, o apetite por risco e a estratégia de crescimento da Instituição.
- **Grupo Deliberativo de Segurança da Informação:** Responsável por deliberar sobre temas relacionados à segurança da informação e à cibersegurança, assegurando a proteção dos dados e a observância das melhores práticas aplicáveis ao setor financeiro.
- **Auditoria Externa:** Responsável pela realização de avaliações independentes, contribuindo para a transparência e a conformidade das informações divulgadas aos reguladores e demais partes interessadas.
- **Auditoria Interna Independente:** Subordinada ao Conselho de Administração, atua de forma autônoma na avaliação dos processos e controles internos, recomendando melhorias e contribuindo para a prevenção de falhas.
- **Superintendência de Compliance, Riscos e Controles Internos:** Subordinada ao Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO), desempenha papel central na implementação, no monitoramento e no aprimoramento das políticas, processos e práticas de gerenciamento de riscos e conformidade.

Essa estrutura de governança permite que o Paraná Banco conduza suas operações de forma alinhada a elevados padrões de controle, segurança e prudência, reforçando o compromisso com a gestão adequada dos riscos e a sustentabilidade do negócio.

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

### CANAIS DE DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS

O Paraná Banco adota uma abordagem estruturada e abrangente para a disseminação da cultura de riscos entre seus colaboradores, reconhecendo que a utilização de diferentes canais de comunicação é fundamental para assegurar a efetividade desse processo. A combinação de canais complementares permite alcançar os diversos perfis de funcionários e reforçar a integração da gestão de riscos às atividades do dia a dia da Instituição.

#### Integração de Novos Colaboradores

A disseminação da cultura de riscos tem início no processo de integração de novos colaboradores. Nessa etapa, são apresentados os principais conceitos relacionados ao gerenciamento de riscos, bem como a relevância do cumprimento das normas internas e dos requisitos regulatórios aplicáveis.

Todos os colaboradores são orientados a realizar a leitura e o aceite de documentos corporativos fundamentais, incluindo, entre outros:

- Código de Ética e Conduta (CEC);
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Política de Segurança da Informação e Cibernética;
- Diretrizes Anticorrupção.

Esses documentos estabelecem diretrizes claras sobre os comportamentos esperados, os princípios de conformidade e as medidas de prevenção e mitigação de riscos financeiros, operacionais e reputacionais.

#### Comunicação Institucional e Treinamentos

A cultura de riscos é reforçada de forma contínua por meio de comunicados institucionais e da divulgação de informações no portal de Compliance (*clickCompliance*), assegurando aos colaboradores acesso atualizado às políticas, normas e procedimentos vigentes.

Adicionalmente, o Paraná Banco mantém programas de treinamento voltados à capacitação dos funcionários, com foco no fortalecimento da compreensão sobre riscos, controles internos e conformidade regulatória.

#### Interação entre as Equipes e Promoção da Cultura de Riscos

As áreas integrantes da segunda e da terceira linhas de defesa desempenham papel relevante na disseminação e no fortalecimento da cultura de riscos. Por meio de interações recorrentes com as áreas de negócios (primeira linha), essas equipes promovem o esclarecimento de dúvidas, a atualização de informações e o reforço das boas práticas de gerenciamento de riscos, contribuindo para o alinhamento contínuo entre as atividades operacionais e as diretrizes estratégicas da Instituição.

#### Responsabilidade Coletiva na Gestão de Riscos

O Paraná Banco reforça que a gestão de riscos é uma responsabilidade compartilhada por todos os colaboradores e prestadores de serviços. A atuação conjunta e coordenada das diferentes áreas contribui para a identificação tempestiva de riscos, a mitigação de potenciais eventos adversos, o cumprimento das exigências regulatórias e o fortalecimento da credibilidade da Instituição perante o mercado e seus clientes.

### ESCOPO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MENSURAÇÃO DE RISCOS

O Paraná Banco adota uma metodologia padronizada para a mensuração de riscos, fundamentada em boas práticas de mercado e alinhada às exigências regulatórias aplicáveis. Essa metodologia assegura uma abordagem estruturada e

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

consistente para a identificação, avaliação e acompanhamento dos riscos a que a Instituição está exposta, apoiando a mitigação de potenciais impactos e a tomada de decisão pela Alta Administração, incluindo a aceitação, mitigação ou tratamento dos riscos.

### Níveis de Mensuração de Riscos

O processo de avaliação dos riscos é realizado em dois níveis complementares, de forma a assegurar uma análise abrangente e fundamentada:

#### 1. Classificação do Risco Inerente

Inicialmente, os riscos são mensurados com base em dois eixos principais:

- **Probabilidade:** Possibilidade de materialização do evento de risco.
- **Impacto:** Magnitude das consequências associadas à materialização do evento.

A partir dessa análise, cada risco recebe uma classificação inicial que reflete o nível de exposição da Instituição antes da consideração dos controles existentes.

#### 2. Classificação do Risco Residual

Após a avaliação do risco inerente, os riscos são reavaliados considerando a efetividade dos controles internos implementados pelas áreas responsáveis. Nessa etapa, são analisados:

- **Risco inerente:** Nível do risco inerente apurado na etapa anterior.
- **Qualidade dos controles internos:** Qualidade e a efetividade dos controles internos adotados para mitigar o risco identificado.

Essa análise resulta na classificação do risco residual, a qual subsidia a priorização dos riscos e a definição de planos de ação para tratamento e mitigação, quando aplicável.

### Metodologia de Mensuração

Com o objetivo de assegurar consistência, robustez e reduzir a subjetividade no processo de avaliação, o Paraná Banco desenvolveu metodologia própria de mensuração de riscos, alinhada às boas práticas globais de governança, gerenciamento de riscos e controles internos amplamente reconhecidas pelo mercado. Essa metodologia apoia as atividades da primeira e da segunda linhas de defesa na identificação, avaliação e classificação dos riscos.

O processo de mensuração considera os principais eventos de risco relevantes para a Instituição, em conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis, e observa *frameworks* e princípios de referência adotados internacionalmente, contribuindo para a uniformidade das análises, a efetividade do gerenciamento de riscos e o adequado suporte à tomada de decisão pela Alta Administração.

Essa abordagem reforça o compromisso do Paraná Banco com uma gestão de riscos eficiente, preventiva e alinhada à estratégia, contribuindo para a mitigação de impactos potenciais e o fortalecimento da segurança operacional.

### PROCESSO DE REPORTE DE RISCOS

O processo de reporte de riscos ao Conselho de Administração (CA) e à Diretoria Executiva é realizado, no mínimo, em base anual, por meio da apresentação do Relatório de Riscos e Controles Internos. Esse documento consolida as principais exposições a riscos, as medidas de mitigação adotadas e a avaliação da efetividade dos controles implementados, subsidiando a tomada de decisão pela Alta Administração.

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25



Adicionalmente, sempre que identificado um risco ou evento relevante, o reporte é realizado de forma tempestiva às instâncias competentes, de modo a assegurar a adequada ciência, avaliação e deliberação por parte da Alta Administração.

Paralelamente, o Paraná Banco conduz, em base anual, avaliações de conformidade relacionadas a regulamentações específicas, cujos resultados são apresentados à Diretoria responsável. Quando considerados relevantes, esses resultados também são compartilhados com o Conselho de Administração e com o Comitê de Auditoria, promovendo transparência e aderência às exigências regulatórias aplicáveis.

Em alinhamento com o plano de trabalho anual, as áreas de Riscos e Controles Internos realizam a atualização do mapeamento de riscos e controles, avaliam a efetividade dos controles existentes, executam testes para validação do seu funcionamento e acompanham a implementação dos planos de ação definidos para mitigação dos riscos identificados.

Os resultados dessas atividades são reportados ao Diretor responsável e, conforme a criticidade ou a relevância dos achados, compartilhados com a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria.

Esse processo estruturado e contínuo reforça o compromisso do Paraná Banco com a governança corporativa, a gestão proativa de riscos e a transparência na condução dos negócios, contribuindo para decisões estratégicas alinhadas à sustentabilidade e à solidez da Instituição.

### **INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O PROGRAMA DE TESTES DE ESTRESSE**

O programa de testes de estresse do Paraná Banco tem como objetivo avaliar a resiliência da Instituição frente a cenários adversos que possam impactar sua liquidez e solvência. O escopo do programa contempla os principais portfólios e exposições relevantes, incluindo ativos e passivos sensíveis a variações nas taxas de juros, instrumentos derivativos, exposições de crédito e compromissos contingentes.

Os cenários de estresse considerados abrangem tanto eventos históricos relevantes quanto choques hipotéticos de mercado, estruturados em diferentes níveis de severidade, que variam desde condições de normalidade até cenários de estresse leve e estresse extremo, de forma a avaliar o comportamento da Instituição em diferentes ambientes econômicos e financeiros.

#### **Metodologias e abordagens utilizadas**

As metodologias empregadas no programa de testes de estresse incluem, entre outras, análises de fluxo de caixa sob condições adversas, com projeções de entradas e saídas de recursos em diferentes horizontes temporais, testes de liquidez realizados de forma recorrente e a utilização de modelos estatísticos e de mensuração de risco amplamente reconhecidos pelo mercado, como o *Value at Risk* (VaR).

Adicionalmente, são consideradas métricas regulatórias e internas relevantes para o gerenciamento de riscos, como o Índice de Cobertura de Liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* – LCR), contribuindo para uma visão integrada dos impactos potenciais dos cenários de estresse sobre a posição financeira da Instituição

#### **Utilização dos resultados e governança**

Os resultados dos testes de estresse são utilizados de forma integrada no processo de gerenciamento de riscos, apoiando o monitoramento contínuo das exposições a riscos de liquidez e solvência, a reavaliação e o ajuste de limites operacionais e de tolerância ao risco, bem como a revisão de políticas internas relacionadas à liquidez e ao *funding*.

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

Essas informações subsidiam a tomada de decisão pela Alta Administração e pela Diretoria Executiva e são objeto de reporte estruturado às instâncias de governança competentes, conforme aplicável. O programa de testes de estresse é formalmente documentado e revisado periodicamente, assegurando alinhamento com as melhores práticas de gestão de riscos e com as exigências regulatórias vigentes.

### **ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS E SUA EFETIVIDADE**

O Paraná Banco adota uma abordagem estruturada e abrangente para a mitigação de riscos, fundamentada em pilares que fortalecem a cultura de controle, a conformidade regulatória e a efetividade dos mecanismos de mitigação. A disseminação da cultura de riscos constitui um dos principais eixos dessa estratégia, promovendo a conscientização dos colaboradores quanto à identificação dos riscos inerentes às suas atividades e à importância da implementação de controles internos adequados.

Nesse contexto, a segunda linha de defesa atua de forma consultiva e orientativa junto às áreas de negócio, apoiando a aplicação de boas práticas de gerenciamento de riscos, a adequada avaliação das exposições e o fortalecimento contínuo da cultura de riscos no âmbito da Instituição. Essa atuação contribui para a incorporação do gerenciamento de riscos aos processos decisórios e operacionais.

Adicionalmente, a Instituição realiza testes periódicos dos controles internos, avaliando tanto o seu desenho quanto a sua efetividade operacional. Quando identificadas fragilidades ou ineficiências, são definidos planos de ação específicos para o aprimoramento dos controles existentes ou para a implementação de medidas adicionais de mitigação, conforme a natureza e a criticidade dos riscos identificados.

O acompanhamento dos planos de ação é realizado de forma sistemática, assegurando que as medidas corretivas sejam implementadas tempestivamente pelas áreas responsáveis. Esse monitoramento abrange tanto os planos decorrentes das avaliações internas de riscos e controles quanto aqueles originados de auditorias internas, auditorias externas e fiscalizações de órgãos reguladores.

A atuação coordenada dessas estratégias permite avaliar e reforçar continuamente a efetividade dos controles internos, contribuindo para o aumento da resiliência da Instituição frente a mudanças no ambiente de negócios, o aprimoramento da eficiência dos processos, o cumprimento das exigências regulatórias e o fortalecimento da confiança do mercado e de seus clientes.

### **BREVE DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DE CAPITAL, INCLUINDO AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO DO PR**

A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Paraná Banco possibilita o monitoramento e o controle sistemático do nível de capital exigido pela regulamentação prudencial, denominado Patrimônio de Referência (PR), bem como a avaliação da suficiência de capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta, considerando as atividades atuais e projetadas. Esse processo é conduzido de forma alinhada aos objetivos estratégicos e às metas corporativas do Paraná Banco.

Os principais indicadores de capital são acompanhados, no mínimo, em base mensal. Caso sejam identificados desvios em relação ao apetite de risco estabelecido, são definidos e implementados planos de ação específicos, com o objetivo de restabelecer os níveis de capital e os parâmetros prudenciais desejados.

Complementarmente, o gerenciamento de capital conta com o suporte do ALCO (*Asset and Liability Committee*), órgão responsável pela gestão integrada de ativos e passivos, com foco na preservação da estabilidade financeira, da liquidez

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

e da rentabilidade da Instituição. As decisões estratégicas relacionadas ao capital são submetidas a esse comitê para análise e deliberação.

### Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem (RA) é apurada de acordo com as diretrizes estabelecidas na Circular BCB nº 3.748, sendo calculada pela razão entre o Capital de Nível I e a Exposição Total.

Em 31 de dezembro de 2025, a Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial do Paraná Banco era de 8,43%, refletindo uma posição de capital compatível com o perfil de risco e com os requerimentos regulatórios aplicáveis.

A composição da Razão de Alavancagem é apresentada na tabela a seguir.

CONTA	30/06/2024	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2025
Razão de Alavancagem RA)	9,57%	9,53%	7,60%	8,43%
Patrimônio de Referência de Nível I ajustado para o cálculo da RA	919.365	961.642	840.921	1.029.831
Patrimônio de Referência Nível I	919.365	961.642	840.921	1.029.831
Exposição Total	9.607.626	10.089.587	11.058.022	12.209.323
Itens Patrimoniais, exceto derivativos e revenda a liquidar em operações compromissadas	9.655.664	10.271.349	11.364.779	12.310.762
Disponibilidades	527	945	581	716
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	201	200	200	200
Títulos e Valores Mobiliários	1.326.353	1.218.029	1.686.714	2.424.774
Relações Interfinanceiras	100.693	367.667	136.713	5.451
Operações de Crédito	7.220.848	7.647.836	8.658.032	8.897.844
Outros Créditos	398.703	415.086	142.002	234.169
Outros Valores e Bens	5.602	3.939	17.789	17.789
Ativo Permanente	401.369	416.994	476.189	455.890
Garantia depositada em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação	201.368	200.653	246.559	273.928
Ajustes Prudenciais Brutos de Passivos Fiscais Diferidos	440.041	385.258	526.579	506.842
Operações Compromissadas	392.003	203.496	204.822	405.404
Itens não contabilizados do balanço patrimonial	-	-	15.000	-
Valor de referência das operações não contabilizadas	-	-	15.000	-

Foram excluídas as linhas sem valores a reportar.

### Ativos ponderados pelo risco (RWA) e Índice de Basileia

O cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) contempla as exposições aos principais riscos a que o Paraná Banco está sujeito, incluindo, entre outros, os riscos de crédito, de mercado e operacional, em conformidade com a regulamentação prudencial vigente.

O Índice de Basileia, apurado a partir da relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o montante de RWA, constitui um dos principais indicadores utilizados para avaliar a suficiência e a adequação de capital da Instituição.

A composição dos RWA e o respectivo Índice de Basileia são apresentados na tabela a seguir.

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

Informações expressas em R\$ Milhares

Descrição	30/06/2024	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2025
	Prudencial	Prudencial	Prudencial	Prudencial
FPR 2%	4.764	5.218	4.935	5.511
FPR 20%	605	631	552	847
FPR 25%	179	309	298	32
FPR 30%	1.492	1.542	2.335	2.767
FPR 50%	2.864.768	3.059.945	3.488.607	3.546.029
FPR 70%	419	438	440	425
FPR 75%	1.108.743	1.137.809	1.252.695	1.347.124
FPR 100%	212.639	270.647	221.542	280.217
FPR 150%	23	-	2	-
FPR 250%	329.553	345.405	300.034	289.469
<b>Valor do RWA<sub>CPAD</sub></b>	<b>4.523.184</b>	<b>4.821.943</b>	<b>5.271.442</b>	<b>5.472.421</b>
Valor Total da Parcela RWA <sub>JUR1</sub>	227	152	25	331
Valor Total da Parcela RWA <sub>OPAD</sub>	1.207.637	1.242.304	663.608	706.537
Valor Total da Parcela RBAN	35.075	55.270	37.344	61.149
<b>PR Mínimo Requerido para o RWA</b>	<b>458.484</b>	<b>485.152</b>	<b>474.806</b>	<b>494.343</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido</b>	<b>514.235</b>	<b>519.180</b>	<b>409.019</b>	<b>535.488</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>17,0%</b>	<b>16,6%</b>	<b>14,9%</b>	<b>16,7%</b>

Foram excluídas as linhas sem valores a reportar.

As informações apresentadas nesta tabela (OVA) refletem a estrutura de governança, os processos e as práticas adotadas pelo Paraná Banco para o gerenciamento integrado de riscos e de capital, em conformidade com a regulamentação vigente e com as diretrizes estratégicas da Instituição. O conjunto de mecanismos descritos assegura a adequada identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos relevantes, bem como a suficiência e a adequação do capital para suportar as atividades atuais e projetadas, contribuindo para a solidez financeira, a sustentabilidade do negócio e a transparência perante o mercado e os órgãos reguladores.

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

### Principais Características dos Instrumentos Que Compõem o PR - Patrimônio de Referência (Tabela CCA)

Esta tabela tem como objetivo fornecer aos stakeholders uma visão clara e padronizada dos instrumentos elegíveis, destacando aspectos como natureza jurídica, condições de recompra, cláusulas de absorção de perdas e subordinação.

Tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) - Semestral				
1 Emissor	PARANÁ BANCO S.A	PARANÁ BANCO S.A	PARANÁ BANCO S.A	PARANÁ BANCO S.A
2 Identificador único	LFSC19008ZP	LFSC2500795	LFSC2500C1D	LFSC2500DFD
3 Lei aplicável ao instrumento	CMN nº 5.007	CMN nº 5.007	CMN nº 5.007	CMN nº 5.007
4 Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013.	Capital Complementar	Capital Complementar	Capital Complementar	Capital Complementar
5 Classificação do instrumento como componente do PR após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Capital Complementar	Capital Complementar	Capital Complementar	Capital Complementar
6 Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7 Tipo de instrumento	Letra financeira	Letra financeira	Letra financeira	Letra financeira
8 Valor reconhecido no PR (em R\$ mil)	40.752	66.847	53.611	96.704
9 Valor de face do instrumento	39.900	62.700	52.500	96.300
10 Classificação contábil	Passivo - Custo Amortizado	Passivo - Custo Amortizado	Passivo - Custo Amortizado	Passivo - Custo Amortizado
11 Data original de emissão	08/11/2019	31/07/2025	10/11/2025	19/12/2025
12 Perpétuo ou com vencimento	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo
13 Data original de vencimento	08/11/2100	08/11/2100	08/11/2100	08/11/2100
14 Opção de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim
(1) Data de resgate ou de recompra	(1) 08/11/2100	(1) 08/11/2100	(1) 08/11/2100	(1) 08/11/2100
15 (2) Datas de resgate ou de recompra condicionadas	(2) 09/11/2026	(2) 31/07/2030	(2) 10/11/2030	(2) 19/12/2030
(3) Valor de resgate ou de recompra	(3) 39.900	(3) 62.700	(3) 52.500	(3) 96.300
16 Datas de resgate ou de recompra subsequentes, se aplicável	08/11/2027 08/11/2028	31/07/2031 31/07/2032	10/11/2031 10/11/2032	19/12/2031 19/12/2032
17 Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18 Taxa de remuneração e índice referenciado	CDI + 1,30% a.a.	CDI + 1,20% a.a.	CDI + 1,20% a.a.	CDI + 1,20% a.a.
19 Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não
20 Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatária	Mandatário	Mandatário	Mandatário	Mandatário
21 Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não
22 Cumulativo ou não cumulativo	Não cumulativo	Não cumulativo	Não cumulativo	Não cumulativo
23 Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24 Se conversível, em quais situações	NA	NA	NA	NA
25 Se conversível, totalmente ou parcialmente	NA	NA	NA	NA
26 Se conversível, taxa de conversão	NA	NA	NA	NA
27 Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	NA	NA	NA	NA
28 Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	NA	NA	NA	NA
29 Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	NA	NA	NA	NA
30 Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim
31 Se extingüível, em quais situações	Conforme Res. 4.192/13 Art.20 Inc. X	Conforme Res. 4.192/13 Art.20 Inc. X	Conforme Res. 4.192/13 Art.20 Inc. X	Conforme Res. 4.192/13 Art.20 Inc. X
32 Se extingüível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33 Se extingüível, permanentemente ou temporariamente	Permanentemente	Permanentemente	Permanentemente	Permanentemente
34 Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35 Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Pagamento Subordinado ao pagamento dos demais passivos da instituição	Pagamento Subordinado ao pagamento dos demais passivos da instituição	Pagamento Subordinado ao pagamento dos demais passivos da instituição	Pagamento Subordinado ao pagamento dos demais passivos da instituição
36 Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Não	Não	Não	Não
37 Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	NA	NA	NA	NA

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

### Composição do PR - Patrimônio de Referência (Tabela CC1)

A Tabela CC1 tem como objetivo apresentar, de forma padronizada e transparente, a composição detalhada do Patrimônio de Referência (PR), conforme exigido pelo Pilar 3 do Acordo de Basileia III. Essa divulgação é essencial para fortalecer a disciplina de mercado, permitindo que investidores, analistas e demais partes interessadas avaliem a qualidade e a solidez do capital regulatório das instituições.

A estrutura da tabela segue os padrões internacionais definidos pelo Comitê de Basileia, adaptados à regulamentação local, e contempla os principais elementos que compõem o Capital de Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e o Capital de Nível II. Além disso, são evidenciados os ajustes prudenciais aplicáveis, que visam garantir que apenas instrumentos efetivamente capazes de absorver perdas sejam reconhecidos no PR.

Tabela CC1 - Composição do Patrimônio de Referência (PR) - Semestral

	Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>		
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	1.004.500 (b)
2	Reservas de lucros	291.571 (c)
3	Outras receitas e outras reservas	(6.014) (d)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	-
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1.290.057
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>		
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	11.131
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-
9	Ativos intangíveis	34.153 (a)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	942
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	-
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	168 (e)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	284.750
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	54.053
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	132.945
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	66.473
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	66.473

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

26	Ajustes regulatórios nacionais	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que compõem o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	518.141
29	Capital Principal	771.917
<b>Capital Complementar: instrumentos</b>		
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	257.914
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	257.914
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	257.914
<b>Capital Complementar: deduções regulatórias</b>		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
41	Ajustes regulatórios nacionais	-
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-
44	Capital Complementar	257.914
45	Nível I	1.029.831
<b>Nível II: instrumentos</b>		
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

### Nível II: deduções regulatórias

52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
58	Nível II	-
59	Patrimônio de Referência	1.029.831
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	6.178.357

### Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

61	Índice de Capital Principal (ICP)	12,5%
62	Índice de Nível I (IN1)	16,7%
63	Índice de Basileia (IB)	16,7%
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,5%
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,0%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0,0%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	8,7%

### Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	57.894
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-
75	Valor total, sujeito à ponderação de risco, de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	57.894

### Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-

# Pilar 3 - Gerenciamento de Capital e Riscos

## 2S25

### Conciliação do PR - Patrimônio de Referência com o Balanço Patrimonial (Tabela CC2)

A Tabela CC2 tem como objetivo reforçar a transparência ao reconciliar os valores do balanço contábil com os componentes do Patrimônio de Referência (PR) utilizados para fins regulatórios. Ela evidencia as principais diferenças entre o Patrimônio Líquido contábil e o PR, incluindo ajustes prudenciais, deduções e reclassificações exigidas pelas normas do Banco Central e pelas diretrizes de Basileia III.

Tabela CC2 - Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial - Semestre (R\$ 1.000)			
	Valores do balanço patrimonial no final do período (R\$ mil)	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes a caixa	664	716	
Instrumentos financeiros	400.198	405.604	
Operações de arrendamento mercantil	3.004.234	3.004.234	
Relações Interfinanceiras	5.451	5.451	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.897.844	8.897.844	
Outros Créditos Tributários	467.979	468.557	
Outros Valores e Bens	13.379	13.379	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	409.116	409.116	
Imobilizado de uso	30.841	31.166	
Intangível	34.143	34.153	(a)
Depreciações e amortizações	(18.235)	(18.545)	
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	
<b>Total de ativos</b>	<b>13.245.614</b>	<b>13.251.677</b>	
<b>Passivo</b>			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	5.877.526	5.877.526	
Captações no Mercado Aberto	305.414	305.414	
Recursos aceites e emissão de Títulos	5.644.374	5.644.374	
Relações Interfinanceiras	232	232	
Obrigações p/ repasses do país	28	28	
Outras Obrigações	167.471	167.886	
<b>Total de passivos</b>	<b>11.995.045</b>	<b>11.995.461</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	1.000.000	1.004.500	(b)
Reservas de lucros	165.154	166.295	(c)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	265	265	
Hedge de Fluxo de Caixa	(34.256)	(33.938)	
Dividendos e JCP	-	(134)	(d)
(+/-) AJ PDD 2.682 X 4.966	(5.880)	(5.880)	(d)
Lucros ou prejuízos acumulados	125.286	125.276	(c)
Ações em tesouraria	-	(168)	(e)
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>1.250.569</b>	<b>1.256.216</b>	

### Informações Complementares

Informações complementares podem ser obtidas em [www.paranabanco.com.br](http://www.paranabanco.com.br), seção “Relação com Investidores”, “Central de Resultados”.